



Secretaria de Inspeção do Trabalho
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

GRUPO DE TRABALHO TRIPARTITE do ANEXO IV DA NR-16 (Energia Elétrica)

ATA DE 2ª REUNIÃO

Local: Sala Da Superintendência do Trabalho em Emprego em São Paulo – SRTE/SP

Datas: 28 e 29 de agosto de 2013

Participantes: (Lista de Presença assinada)

PRESENTES

GOVERNO:

Rodrigo Vieira Vaz - SRTE/SP - E-mail: rodrigo.vaz@mte.gov.br

Carla Lima de Souza Ishimura - SRTE/ES - E-mail: carla.lima@mte.gov.br

Márcio Rui Cantos - SRTE/RS - E-mail: marcio.cantos@mte.gov.br

Rodrigo Cauduro Roscani - FUNDACENTRO - E-mail: rodrigo.roscani@fundacentro.gov.br

Vilker Gerlando Martins - SRTE/SC - E-mail: villker.martins@mte.gov.br

Ronaldo José de Lira - MPT - E-mail: ronaldo.lira@mpt.gov.br

TRABALHADORES:

José Manoel Teixeira - União Geral dos Trabalhadores – UGT - E-mail: teixeira@seesp.org.br

Jeová Pereira de Oliveira - FNU / CUT - E-mail: jeova@stiudf.org.br / fnu.sp@terra.com.br

José Flávio Maia Uchoa - CUT - E-mail: uchoaflavio@bol.com.br / urbanitarios@fnucut.org.br

Washington Aparecido dos Santos (Maradona) - Força Sindical - E-mail: maradona@eletricitarios.org.br
/ secsaude@fsindical.org.br

Everson Alcântara Tardeli - Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST - E-mail: everson@sindsul.org.br
/ secretaria@ncst.org.br

EMPREGADORES:

Luiz Carlos Miranda Júnior - CNI - E-mail: luiz_miranda_jr@hotmail.com

Angelo Rostolato Soares - FIRJAN / CNI - E-mail: arsoares@firjan.org.br

Adriana Maria da Silva Alves - CNI - E-mail: adriananm@cemig.com.br

Eduardo de Freitas Vidal - CNI - E-mail: eduardo.vidal@cni.org.br

Antônio Carlos Castellar - CHESF - E-mail: antonioac@chesf.gov.br

CONVIDADOS / ASSESSORES

TRABALHADORES:

Gustavo da Silva da Rocha - FNU / CUT - E-mail: gustavo.rocha@ceee.com.br

João Clair Pereira Silveira - FNU / CUT – SENERGISUL/RS - E-mail: joaoclair@psilveira.com.br

ASSUNTOS TRATADOS:

1. A bancada do governo iniciou a reunião lendo a ata da primeira reunião, que foi aprovada pelas bancadas.
2. A bancada patronal confirma a participação do Sr. **Antônio Carlos Castellar** como representante da bancada e a bancada dos trabalhadores confirma a composição dos seus cinco representantes conforme lista acima. O Ministério Público do Trabalho – MPT confirma a participação no grupo do Procurador do Trabalho, Dr. **Ronaldo José de Lira**, conforme lista acima. Portanto, todas as bancadas estão com os seus representantes completos, assim o Governo irá formalizar a constituição do Grupo de Trabalho Tripartite mediante Portaria.
3. A bancada do governo apresentou a pauta da reunião e informou que os documentos do Grupo de Trabalho Tripartite estão disponíveis no site da internet do MTE, basta acessar o link: http://portal.mte.gov.br/seg_sau/grupo-de-trabalho-tripartite-sobre-periculosidade-por-energia-eletrica.htm.
4. A bancada do Governo, em atendimento ao item 11 da 1ª reunião: “Levantamento das ocupações típicas que envolvem eletricidade e suas respectivas atividades econômicas com base nos dados da Relação Anual das Informações Sociais - RAIS de 2012.”, apresentou os dados de empregados:

A partir da identificação das 71 ocupações típicas (CBO), que envolvem eletricidade, foram encontrados 900.091 empregados, destacando-se as seis primeiras ocupações:

CBO	QTDE DE EMPREGADOS
Eletricista de instalações	115.158
Eletricista de manutenção eletroeletrônica	113.128
Técnico eletrônico	58.808
Instal linhas elét de alta baixa tensão (rede aérea e subterrânea)	39.428
Técnico de manutenção eletrônica	32.807
Eletricista de instalações (edifícios)	29.538

Depois foi feita a análise das atividades econômicas (CNAE), destacando-se as seis primeiras atividades econômicas:

CNAE	QTDE DE EMPREGADOS
Instalação e manutenção elétrica	55.737
Distribuição de energia elétrica	34.556
Construção de Edifícios	32.691
Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	30.289
Serviços de engenharia	23.006
Construção de estações e redes de telecomunicações	16.871

A partir das CNAEs típicas do Setor Elétrico de Potência – SEP, o governo pode identificar que o SEP constitui cerca de 10 % das ocupações típicas, enquanto que 90 % estão em atividades econômicas diversas. A bancada patronal e dos trabalhadores informam que este número é maior, pois existem diversas empresas do SEP que estão cadastradas com outras CNAEs que não são típicas. A bancada patronal informa que os dados da Fundação COGE apresentam cerca de 30 % das ocupações típicas pertencem ao SEP.

5. A bancada do Governo, em atendimento ao item 10 – parte “a” – da 1º reunião: “a) *reposta ao documento de 09 de maio de 2013 (número do documento 46017.015516/2013-01) elaborado pela Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica – CPNSEE, para que publique um texto proposto pela CPNSEE de uma portaria sobre a Norma Regulamentadora nº 16 – Atividade e Operações Perigosas (NR-16), que regulamentaria o adicional de periculosidade elétrica;*”, apresentou o Parecer Assessoria Jurídica do MTE nº. 417/2013 CONJUR-MTE/CGU/AGU, entregue aos participantes. A partir da leitura do Parecer o governo informou que não irá desenvolver uma Portaria transitória, mas sim absorver o texto proposto pela CPNSEE na nova proposta do governo.
6. A bancada do Governo, em atendimento ao item 10 – parte “b” – da 1º reunião: “b) *que considere que há um risco acentuado no SEP, e, portanto, por entendimento das bancadas, a base de atividades para reconhecimento da periculosidade são as do SEP, considerando as interferências externas, as peculiaridades da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, as demandas dos consumidores de energia elétrica e da agência reguladora, por fim, para que não ocorra prejuízo há uma condição já estabelecida pela lei anterior.*”, apresentou que considera a questão proposta pelas bancadas em relação ao SEP, para tanto apresenta uma nova proposta de texto que também aborda especificamente o SEP.
7. A bancada do Governo apresentou a nova proposta de texto.
8. Seguem abaixo as contribuições das Bancadas Patronal e dos Trabalhadores (**EM VERMELHO**) para o novo texto proposto:



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**

ANEXO IV da NR-16

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM ENERGIA ELÉTRICA

1. Tem direito ao adicional de periculosidade os trabalhadores das empresas que operam em instalações ou equipamentos integrantes do sistema elétrico de potência - SEP, bem como as concessionárias ou suas contratadas, conforme quadro abaixo:

BANCADA PATRONAL – Tem direito ao adicional de periculosidade os trabalhadores das empresas que operam em instalações ou equipamentos integrantes do sistema elétrico de potência – SEP, em condições de risco acentuado em virtude de exposição permanente, executando as atividades nas áreas de risco conforme quadro abaixo.

BANCADA TRABALHADORES – Mantém a proposta do governo e não concorda com a proposta patronal.

ATIVIDADES	ÁREAS DE RISCO
<p>I. Atividades de construção, operação e manutenção de redes de linhas aéreas ou subterrâneas de alta e baixa tensão integrantes do SEP, energizados ou desenergizados, mas com possibilidade de energização acidental ou por falha operacional.</p> <p>Bancada Patronal e trabalhadores. As atividades, constantes do item 2,</p>	<p>a) Estruturas, condutores e equipamentos de linhas aéreas de transmissão, subtransmissão e distribuição, incluindo plataformas e cestos aéreos usados para execução dos trabalhos.</p> <p>b) Pátio e salas de operação de subestações.</p> <p>c) Cabines de distribuição.</p> <p>d) Estruturas, condutores e equipamentos de redes de tração elétrica, incluindo escadas, plataformas e cestos aéreos usados para execução dos trabalhos.</p> <p>e) Valas, bancos de dutos, canaletas, condutores, recintos internos de caixas, poços de inspeção, câmaras, galerias, túneis, estrutura, terminais e aéreas de superfície correspondentes.</p> <p>f) Áreas submersas em rios, lagos e mares.</p>
<p>II. Atividades de construção, operação e manutenção nas usinas, unidades geradoras, subestações e cabinas de distribuição em operações, integrantes do SEP, energizados ou desenergizados, mas com possibilidade de energização acidental ou por falha operacional.</p> <p>Bancada Patronal e Trabalhadores. As atividades, constantes do item 3,</p>	<p>a) Pontos de medição e cabinas de distribuição, inclusive de consumidores.</p> <p>b) Salas de controles, casa de máquinas, barragens de usinas e unidades geradoras.</p> <p>c) Pátios e salas de operações de subestações, inclusive consumidoras..</p>
<p>III. Atividades de inspeção, testes, ensaios, calibração, medição e reparos em equipamentos e materiais elétricos, eletrônicos, eletromecânicos e de segurança individual e coletiva em sistemas elétricos de potência de alta e baixa tensão.</p>	<p>a) Áreas das oficinas e laboratórios de testes e manutenção elétrica, eletrônica e eletromecânica onde são executados testes, ensaios, calibração e reparos de equipamentos energizados ou passíveis de energização acidental.</p> <p>b) Sala de controle e casas de máquinas de usinas e unidades geradoras.</p>

	<p>c) Pátios e salas de operação de subestações, inclusive consumidoras.</p> <p>d) Salas de ensaios elétricos de alta tensão.</p> <p>e) Sala de controle dos centros de operações.</p>
IV. Atividades de treinamento em equipamentos ou instalações integrantes do SEP, energizadas ou desenergizadas, mas com possibilidade de energização acidental ou por falha operacional.	a) Todas as áreas descritas nos itens anteriores.

2. Para os efeitos deste anexo entende-se como atividades de construção, operação e manutenção de redes de linhas aéreas ou subterrâneas de alta e baixa tensão integrantes do SEP:
 - 2.1. Montagem, instalação, substituição, conservação, reparos, ensaios e testes de: verificação, inspeção, levantamento, supervisão e fiscalização; fusíveis, condutores, para-raios, postes, torres, chaves, muflas, isoladores, transformadores, capacitores, medidores, reguladores de tensão, religadores, seccionadores, carrier (onda portadora via linhas de transmissão), cruzetas, relé e braço de iluminação pública, aparelho de medição gráfica, bases de concreto ou alvenaria de torres, postes e estrutura de sustentação de redes e linhas aéreas e demais componentes das redes aéreas.
 - 2.2. Corte e poda de árvores.
 - 2.3. Ligações e cortes de consumidores.
 - 2.4. Manobras aéreas e subterrâneas de redes e linhas.
 - 2.5. Manobras em subestação.
 - 2.6. Testes de curto em linhas de transmissão.
 - 2.7. Manutenção de fontes de alimentação de sistemas de comunicação.
 - 2.8. Leitura em consumidores de alta tensão.
 - 2.9. Aferição em equipamentos de medição.
 - 2.10. Medidas de resistências, lançamento e instalação de cabo contra-peso.
 - 2.11. Medidas de campo elétrico, rádio, interferência e correntes induzidas.
 - 2.12. Testes elétricos em instalações de terceiros em faixas de linhas de transmissão (oleodutos, gasodutos etc).
 - 2.13. Pintura de estruturas e equipamentos.
 - 2.14. Verificação, inspeção, inclusive aérea, fiscalização, levantamento de dados e supervisão de serviços técnicos.
 - 2.15. Montagem, instalação, substituição, manutenção e reparos de: barramentos, transformadores, disjuntores, chaves e seccionadoras, condensadores, chaves a óleo, transformadores para instrumentos, cabos subterrâneos e subaquáticos, painéis, circuitos elétricos, contatos, muflas e isoladores e demais componentes de redes subterrâneas.
 - 2.16. Construção civil, instalação, substituição e limpeza de: valas, bancos de dutos, dutos, condutos, canaletas, galerias, túneis, caixas ou poços de inspeção, câmaras.
 - 2.17. Medição, verificação, ensaios, testes, inspeção, fiscalização, levantamento de dados e supervisões de serviços técnicos.

ITEM 2 APROVADO PELAS BANCADAS PATRONAL E TRABALHADORES

3. Para os efeitos deste anexo entende-se como atividades de construção, operação e manutenção nas usinas, unidades geradoras, subestações e cabinas de distribuição em operações, integrantes do SEP:
 - 3.1. Montagem, desmontagem, operação e conservação de: medidores, relés, chaves, disjuntores e religadoras, caixas de controle, cabos de força, cabos de controle, barramentos, baterias e carregadores, transformadores, sistemas anti-incêndio e de resfriamento, bancos de capacitores, reatores, reguladores, equipamentos eletrônicos, eletrônicos mecânicos e eletroeletrônicos, painéis, para-raios, áreas de circulação, estruturas-suporte e demais instalações e equipamentos elétricos.
 - 3.2. Construção de: valas de dutos, canaletas, bases de equipamentos, estruturas, condutos e demais instalações.
 - 3.3. Serviços de limpeza, pintura e sinalização de instalações e equipamentos elétricos.
 - 3.4. Ensaios, testes, medições, supervisão, fiscalizações e levantamentos de circuitos e equipamentos elétricos, eletrônicos de telecomunicações e telecontrole.

ITEM 3 APROVADO PELAS BANCADAS PATRONAL E TRABALHADORES

4. Tem direito ao adicional de periculosidade os trabalhadores que realizam atividades ou operações em instalações e equipamentos elétricos de alta ou baixa tensão, sem a adoção de medidas, equipamentos ou sistemas preventivos que o elimine, em uma das condições:

- a) execução de atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados.
- b) realização de atividades ou operações diretas ou indiretas realizadas na zona controlada, conforme estabelece o Anexo II da NR-10.

Bancada Patronal – Mantém o texto do governo.

Bancada Trabalhadores - Tem direito ao adicional de periculosidade os trabalhadores que realizam atividades ou operações em instalações e equipamentos elétricos de alta ou baixa tensão, energizados ou desenergizados, mas com a possibilidade de energização acidental ou por falha operacional. OBS. Com a supressão dos itens a e b. Motivo – previsão de falhas operacionais.

OBSERVAÇÃO. Na NR 10 existe o conceito de “trabalho em proximidade” (no próprio glossário da NR 10 e ITEM 10.1.2) e o “trabalho indireto” está inserido no texto da NR 10, para tanto o Governo irá verificar este termo. O Governo irá analisar também a questão do ANEXO da NR 10, que não possui ANEXO I.

5. As atividades ou operações realizadas em instalações ou equipamentos elétricos alimentados em alta ou baixa tensão, concebidos para manobras, comandos, controles ou operações, realizadas por procedimentos normais e projetados, construídos, montados, ou mantidos conforme as normas técnicas oficiais estabelecidas pelos órgãos competentes e, na ausência ou omissão destas, as normas internacionais cabíveis, ou certificados no âmbito do sistema brasileiro de avaliação da conformidade, não se enquadram na condição de periculosidade.

Bancada Patronal – Mantém o texto do governo.

Bancada dos Trabalhadores – Não concorda com o item. Motivação – Entende que este item é contrário aos outros itens da norma.

OBSERVAÇÃO – A bancada dos trabalhadores questiona a aplicabilidade deste item entre o SEC x SEP. Será analisado pelo Governo.

6. As instalações ou equipamentos elétricos desenergizados e liberados para o trabalho, conforme estabelece a NR-10, descaracteriza a condição de periculosidade.

Bancada Patronal – Mantém o texto do governo explicitando que este item se aplica ao SEC (consumidores).

Bancada dos Trabalhadores – Supressão do item. Motivação – há duvida de aplicação deste item para o SEP. Alinhado a nova proposta do item 4.

OBSERVAÇÃO – A bancada dos trabalhadores questiona a aplicabilidade deste item entre o SEC x SEP. Será analisado pelo Governo.

7. As instalações ou equipamentos elétricos alimentados por extra-baixa tensão não geram a condição de periculosidade.

Bancada Patronal – Mantém o texto do governo.

Bancada dos Trabalhadores – Mantém o texto do governo.

ITEM 7 APROVADO PELAS BANCADAS PATRONAL E TRABALHADORES

8. É vedado incentivos ou o pagamento de prêmios por produtividade para profissionais submetidos à condição de periculosidade.

Bancada Patronal – Não concorda com o texto do governo e a proposta apresentada abaixo pelos trabalhadores.

Bancada dos Trabalhadores – Proposta de texto - É vedado o estabelecimento de metas de produtividade e o pagamento por produção para os trabalhadores submetidos a condições de periculosidade por eletricidade, sem prejuízo na participação nos lucros ou resultados.

9. Fica obrigatório a contratação de seguro de vida em benefício do profissional submetido à condição de periculosidade.

Bancada Patronal – Exclusão do item 09, pois não cabe neste anexo.

Bancada dos Trabalhadores – Mantém o texto do governo.

OUTROS PONTOS DEBATIDOS

- A bancada dos trabalhadores propõe o seguinte item – “O trabalho exercido em condições perigosas, embora de forma eventual ou intermitente, dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade de forma integral, tendo em vista a Lei 12.740_12 e o artigo 193 da CLT não estabelecer qualquer proporcionalidade em relação ao pagamento e o seu tempo de exposição.”
- A bancada dos trabalhadores sugere que seja inserido no corpo da NR 16 o seguinte texto - O adicional de periculosidade incidirá sobre a totalidade das verbas de natureza salarial.

- A bancada patronal sugere que seja inserido no corpo da NR 16 o parágrafo primeiro do artigo 193 da CLT - § 1º - *O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.*
 - Bancada Patronal sugere que seja inserido no corpo da NR 16 o artigo 194 da CLT, retirando a questão da insalubridade. *“Art. 194 - O direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, nos termos desta Seção e das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho.”*
 - Bancada dos Trabalhadores sugere que seja inserido no corpo da NR 16 o artigo 195 da CLT, fortalecendo a questão do profissional habilitado. *“Art. 195 - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho.”*
9. Confirmada a próxima reunião para 03 e 04 de outubro de 2013 (dia 03 das 09h00 às 17h00 e no dia 04 ate as 12h00), ambas as reuniões serão realizadas em São Paulo, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo – SRTE/SP, na Rua Martins Fontes n.º 109 – 11º andar – Auditório – Centro – São Paulo / SP.

A reunião foi encerrada no dia 28 de agosto de 2013 e o dia 29 de agosto de 2013 foi utilizado para reunião em separado das bancadas.